

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Isabela Silva Teles

SEMENTES DE RESISTÊNCIA: A Agroecologia como um projeto coletivo de articulação
entre lutas sociais do campo e da cidade.

Juiz de Fora
2026

Isabela Silva Teles

SEMENTES DE RESISTÊNCIA: A Agroecologia como um projeto coletivo de articulação entre lutas sociais do campo e da cidade.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Serviço Social

Orientadora: Profa. Dra. Monica Aparecida Grossi Rodrigues.

Juiz de Fora
2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva Teles, Isabela.

Sementes de Resistência : A Agroecologia como um projeto coletivo de articulação entre lutas sociais do campo e da cidade / Isabela Silva Teles. -- 2026.

49 p.

Orientador: Monica Aparecida Grossi Rodrigues

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2026.

1. Ruptura Metabólica. 2. Alternativas Populares. 3. Agroecologia. 4. Plantio Solidário. 5. Feijão de Ogum. I. Grossi Rodrigues, Monica Aparecida, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Isabela Silva Teles		
Matrícula Discente	201968030		
Título do TCC	SEMENTES DE RESISTÊNCIA: A Agroecologia como um projeto coletivo de articulação entre lutas sociais do campo e da cidade		
Natureza do trabalho	TCC		
Curso	Serviço Social		
Orientador(a)	Mônica Aparecida Grossi		
Coorientador (se houver)			
Data da aprovação	03-02-2026		
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Dra .Monica Aparecida Grossi Rodrigues	Orientadora	
	Dra Michelle Neves Capuchinho	membro da banca	
	Dr. José Amilton de Almeida	membro da banca	

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 03 de fevereiro de 2026.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Professor(a)**, em 04/02/2026, às 08:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.uffj.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2845082** e o código CRC **48840DFB**.

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 03 de fevereiro de 2026.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Professor(a)**, em 04/02/2026, às 08:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Amilton de Almeida, Professor(a)**, em 04/02/2026, às 21:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Neves Capuchinho, Usuário Externo**, em 04/02/2026, às 21:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Silva Teles, Usuário Externo**, em 05/02/2026, às 21:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2845081** e o código CRC **F09DCFD9**.

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho é fruto de encontros, afetos, aprendizados e lutas compartilhadas, que sustentaram cada passo dessa trajetória. Agradeço a todas as pessoas que passaram pela minha vida e me incentivaram a estudar, a acreditar no conhecimento como ferramenta de transformação, cada gesto foi fundamental para que eu permanecesse.

Agradeço à minha mãe Dina, por todas as batalhas enfrentadas e por tanto carinho. Sua presença é meu maior presente! Obrigada por vibrar valores que foram estruturantes para a minha escolha de profissão. Ao meu pai Linaldo, pela gentileza que carrega no modo de existir e no apoio durante esse processo de graduação.

Aos professores e professoras do Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, que se empenham cotidianamente na formação profissional crítica, que através de suas aulas, debates e provocações, me ofereceram instrumentos teóricos, metodológicos, éticos e políticos para compreender a sociedade para além das aparências.

À minha enteada Crystal, que representa a juventude e o futuro, lembrando diariamente que a luta é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, digna e igualitária. À minha sogra Eliete, pelo carinho, incentivo constante e pelo apoio sincero.

À professora Mônica, que compartilhou sua sabedoria, me incentivou desde o primeiro período e foi fundamental para que eu reconhecesse a beleza da profissão e a potência da luta dos movimentos sociais. Seu compromisso e sua sensibilidade marcaram profundamente minha formação.

Por fim, agradeço à minha preciosa esposa Deise, companheira de caminhada, que esteve ao meu lado com amor, respeito e cuidado ao longo de todo esse processo. Sua presença foi essencial e minha admiração por você é profunda.

"Quisieron enterrarnos, pero no sabían
que éramos semillas" (Atribuído a raízes
pré-hispânicas/mexicanas)

As sementes semeadas pelos
povos originários, pela população
negra e pelos camponeses
expropriados germinam hoje nas
lutas sociais, na cultura, na
ancestralidade e na agroecologia.

Viva los que bailan
Los que cantan
Viva los que sueñan
Y los que creen que pueden
Cambiar el mundo

Tata Chama e As Inflamáveis, Tierra y
libertad, 2022 - Música

RESUMO

O trabalho reflete acerca da indissociabilidade entre a Questão Agrária e a Questão Ambiental no Brasil, a partir do conceito de metabolismo social formulado por Marx (2013) e da análise feita por Foster (2005). A pesquisa analisa a formação histórica da estrutura agrária brasileira, marcada pelo latifúndio, pela monocultura e pelo trabalho compulsório de pessoas escravizadas, evidenciando como esses elementos estruturam uma relação predatória com a terra e aprofundam desigualdades sociais, raciais e territoriais. Discute-se, ainda, o papel da modernização conservadora do campo, intensificada pela Revolução Verde e atualizada pelas tecnologias da Indústria 4.0, e seus impactos socioambientais, como o aumento da concentração fundiária, a expropriação de camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como o agravamento da insegurança alimentar. A partir da crítica da noção de Antropoceno (MARQUES, 2018), dialogando com a perspectiva do Capitaloceno, fica evidente que a degradação ambiental e a fissura metabólica decorre de um sistema específico de organização da produção e não da ação humana em abstrato. Nesse contexto, a agroecologia é compreendida como um projeto político alternativo e popular, capaz de articular trabalho, natureza, território e soberania alimentar em oposição ao modelo do agronegócio. A partir de experiências concretas de resistência popular, com destaque para o Projeto Plantio Solidário, desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Zona da Mata Mineira, e para o Feijão de Ogum, que demonstram a possibilidade de recomposição do metabolismo social, construída por meio da organização coletiva, da solidariedade de classe e da articulação entre campo e cidade. Por fim, o trabalho reafirma a importância dos movimentos sociais na construção de alternativas à crise estrutural do capital e destaca o papel do Serviço Social na análise crítica da realidade e na defesa dos direitos sociais.

Palavras-chave: Capitalismo e Ruptura Metabólica; Alternativas Populares; Agroecologia; Plantio Solidário; Feijão de Ogum.

ABSTRACT

The paper reflects on the inseparability between the Agrarian Question and the Environmental Question in Brazil, based on the concept of social metabolism formulated by Marx (2013) and the analysis made by Foster (2005). The research analyzes the historical formation of the Brazilian agrarian structure, marked by large estates, monoculture, and compulsory labor by enslaved people, highlighting how these elements structure a predatory relationship with the land and deepen social, racial, and territorial inequalities. It also discusses the role of conservative modernization in the countryside, intensified by the Green Revolution and updated by Industry 4.0 technologies, and its socio-environmental impacts, such as increased land concentration, the expropriation of peasants, indigenous peoples, and traditional communities, as well as worsening food insecurity. Based on a critique of the notion of the Anthropocene (MARQUES, 2018), in dialogue with the perspective of the Capitalocene, it is clear that environmental degradation and metabolic rift stem from a specific system of production organization and not from human action in the abstract. In this context, agroecology is understood as an alternative and popular political project, capable of articulating work, nature, territory, and food sovereignty in opposition to the agribusiness model. Based on concrete experiences of popular resistance, notably the Solidarity Planting Project developed by the Landless Rural Workers Movement (MST) in the Zona da Mata Mineira region, and the Feijão de Ogum project, which demonstrate the possibility of rebuilding social metabolism through collective organization, class solidarity, and coordination between rural and urban areas. Finally, the work reaffirms the importance of social movements in building alternatives to the structural crisis of capital and highlights the role of Social Work in the critical analysis of reality and the defense of social rights.

Keywords: Capitalism and Metabolic Rupture; Popular Alternatives; Agroecology; Plantio Solidário; Feijão de Ogum.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. CAPITALISMO E FALHA METABÓLICA: CICLO REGULADO PELA LÓGICA DO LUCRO.....	15
2.1 A INDISSOCIABILIDADE ENTRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A QUESTÃO AMBIENTAL.....	20
3. A CRIAÇÃO DE ALTERNATIVAS POPULARES: AGROECOLOGIA, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA	29
3.1 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A REFORMA AGRÁRIA POPULAR.....	32
3.1.1 O Plantio solidário na Zona da Mata Mineira: Agroecologia e organização popular.....	34
3.2 O FEIJÃO DE OGUM: ANCESTRALIDADE, TERRITÓRIO RESISTÊNCIA.....	36
3.3 A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL..	41
CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

1. INTRODUÇÃO

A relação entre sociedade e natureza é historicamente mediada pelo trabalho humano, constituindo o que Marx (2013) conceituou como metabolismo social. No entanto, sob o modo de produção capitalista, essa mediação passa a ser subordinada à lógica do lucro, produzindo uma ruptura profunda entre o ser humano, o trabalho e a natureza, categorizado por Foster (2005) como ruptura metabólica. Essa fratura, longe de ser um efeito colateral do modelo produtivo, demonstra ser um traço estrutural do capitalismo e se expressa em forma de degradação ambiental, intensificação das desigualdades sociais e na negação de direitos fundamentais, como o acesso à terra e à alimentação.

No contexto brasileiro, essas contradições assumem contornos ainda mais profundos em razão da forma histórica de ocupação do território, marcada pelo latifúndio, pela monocultura e pelo trabalho compulsório. A chamada Questão Agrária a partir dos escritos de STEDILE (2012) não se restringe à disputa pela posse da terra, mas pelo uso e propriedade, articulando diretamente a Questão Ambiental à formação da classe trabalhadora e às expressões contemporâneas da Questão Social. A concentração fundiária, a expansão do agronegócio, o uso intensivo de insumos químicos e a financeirização dos bens comuns evidenciam um modelo de desenvolvimento que subordina a reprodução da vida à lógica do lucro, aprofundando a ruptura metabólica entre sociedade e natureza.

Partindo da tradição marxiana e de seus desdobramentos contemporâneos, especialmente a partir das contribuições de autores como John Foster (2005), István Mészáros (2006) e Luiz Marques (2018), este trabalho compreende a “crise ambiental” não como um fenômeno isolado ou conjuntural, mas como expressão direta da crise estrutural do capital. A crítica ao Antropoceno, tensionada pela perspectiva do Capitaloceno, permite deslocar a responsabilização genérica da humanidade e evidenciar que os impactos socioambientais decorrem de um sistema específico de organização da produção, que transforma a natureza e o trabalho em mercadorias, evidenciando uma via que segue a trajetória direcionada ao colapso ambiental (MARQUES, 2018).

A Questão Agrária brasileira é um eixo central para a compreensão da degradação ambiental e da insegurança alimentar. A modernização conservadora do campo, intensificada a partir da Revolução Verde e atualizada pela Indústria 4.0, aprofunda a expropriação de camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que intensifica a destruição dos biomas, o envenenamento dos solos e a precarização do trabalho.

Se trata de um processo que reafirma a centralidade do capital na organização do território e evidencia o papel do Estado na sustentação desse modelo excludente.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar a indissociabilidade entre Questão Agrária e Questão Ambiental no Brasil, à luz do conceito de metabolismo social e de sua ruptura no capitalismo, buscando compreender como essas dinâmicas produzem impactos socioambientais e aprofundam as desigualdades estruturais. Ao mesmo tempo, o trabalho se propõe a evidenciar as alternativas populares construídas pela classe trabalhadora, especialmente por meio da agroecologia, da Reforma Agrária Popular e dos movimentos sociais como representações da união e organização da classe trabalhadora.

A presente pesquisa busca justamente romper com a naturalização da hegemonia do agronegócio, refletindo sobre as alternativas construídas por sujeitos coletivos do campo e da cidade, por meio da agroecologia e da reforma agrária popular. Nesse sentido, ela se apoia nos saberes produzidos a partir da perspectiva de Guhur (2015), que compreende a agroecologia como um projeto político e pedagógico, comprometido com a soberania alimentar, a diversidade produtiva e a defesa dos bens comuns, e de Grossi (2014) que a considera como uma estratégia produtiva e política dentro da luta em direção à reforma agrária.

Compreende-se que ela seja inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação de territórios, pelas reformas agrária e urbana, e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade. (Guhur, 2015)

A valorização da subjetividade camponesa, da memória dos territórios expropriados e da pedagogia do trabalho coletivo também compõem a justificativa da pesquisa. O protagonismo dos sujeitos do campo, historicamente negado pelo projeto colonial latifundiário brasileiro, fundado na Lei de Terras de 1850, na violência e na aliança entre grandes proprietários e o Estado, como analisa Leal (2012), é retomado como possibilidade de reconstrução de novas formas de vida, baseadas na solidariedade, na cultura popular e no cuidado com a terra e atua na perspectiva da garantia de direitos à terra e à soberania alimentar.

A partir da análise de experiências concretas, como o Projeto Plantio Solidário, desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Zona da Mata Mineira, e o Feijão de Ogum do Movimento Negro Unificado (MNU), iniciativa que articula ancestralidade, território e soberania alimentar, busco demonstrar que a recomposição do

metabolismo social não é apenas uma formulação teórica, mas uma prática possível, construída cotidianamente a partir da organização coletiva, da solidariedade e da resistência popular. Essas experiências revelam que a luta pela terra, pelo alimento e pelo território é, em última instância, uma luta pela reprodução da vida e pela construção de um projeto societário comprometido com a justiça social, ambiental e racial.

O trabalho tem caráter qualitativo, buscando compreender, interpretar e desvelar os sentidos sociais contidos na terra, no trabalho, no alimento e na resistência popular. Nessa direção, a escolha pelo método materialista histórico-dialético não se reduz a um referencial teórico, mas constitui um modo de pensar e intervir na realidade.

Partindo do princípio de que os fenômenos sociais não são dados isolados, mas expressões de relações contraditórias em permanente movimento, que carregam em si marcas da história, da luta de classes, da disputa entre projetos de sociedade. Portanto, analisar a Questão Agrária, a expropriação camponesa, o avanço do agronegócio tecno capitalista e as alternativas representadas pela agroecologia e pela Reforma Agrária Popular, exige um olhar atento às mediações que os atravessam.

A pesquisa não pretende falar sobre o campo de forma distanciada, mas compreender a partir dele os processos que estruturam a sociedade brasileira, tomando como referência central a experiência concreta do Projeto Plantio Solidário do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), desenvolvido no assentamento Denis Gonçalves e no acampamento Roza Cabinda, em Minas Gerais, em parceria com o Movimento Negro Unificado (MNU). Esta experiência será analisada como uma expressão viva de enfrentamento à lógica destrutiva do capital e de afirmação de um projeto coletivo de vida.

Para dar conta dessa proposta, os procedimentos adotados foram a revisão bibliográfica com base em autores que dialogam com a tradição marxista e com os debates sobre crise ambiental, agroecologia e luta de classes no campo. Análise documental envolvendo materiais produzidos pelos próprios Movimentos Sociais, como boletins, textos de formação, relatos de experiência e registros audiovisuais que retratam a construção cotidiana da agroecologia como prática coletiva e política. Observação participante (MINAYO, 2001) nos eventos realizados no assentamento Denis Gonçalves, como o Encontro de Famílias e na semana de evento do 22º Feijão de Ogum. Observação indireta realizada a partir do acompanhamento sistemático de conteúdos publicados em redes sociais, canais de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do Movimento Negro Unificado (MNU), vídeos, entrevistas e outras fontes abertas que registram o processo de organização do Plantio Solidário..

A escolha por esses procedimentos está em sintonia com o compromisso ético-político do Serviço Social e com o reconhecimento da Agroecologia como dimensão pedagógica, cultural e produtiva. Essa metodologia nos permite não apenas identificar os impactos socioambientais do agronegócio, mas sobretudo, valorizar os processos de luta, memória e construção coletiva que se materializam na terra, nas sementes, nos corpos e nas práticas de resistência.

2. CAPITALISMO E FALHA METABÓLICA: CICLO REGULADO PELA LÓGICA DO LUCRO

Em toda forma de sociabilidade, se estabelece uma relação entre trabalho e natureza voltada à reprodução da vida e ao atendimento das demandas humanas, por meio da mediação dos bens indispensáveis à sobrevivência. Essa interação é descrita por Marx no capítulo cinco do capital

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013. P43)

O autor, ao analisar o processo de trabalho e o processo de valorização, inicia a reflexão destacando o metabolismo que flui entre o homem e a natureza, sua interação e implicações. Essa relação perpassa de forma ativa e clara por diversas fases da existência e sociabilidade humana ao redor do globo, expressas sob diferentes óticas culturais e simbolismos.

Refletindo acerca do território brasileiro, é pertinente partir da cosmovisão não antropocêntrica de povos indígenas onde a natureza, os seres vivos e elementos naturais são partes integrantes de um todo, suas manifestações espirituais, seus ritos e mitos são enraizados nesse pilar. A relação entre os povos negros e a natureza, tanto no continente africano quanto na diáspora brasileira, se constitui historicamente como uma relação de unidade, interdependência e sacralidade, também fundada em uma cosmovisão que compreende o ser humano como parte da totalidade natural. Nas religiões de matriz africana no Brasil, como Candomblé e Umbanda, os elementos naturais constituem manifestações dos

Orixás. O conhecimento ancestral sobre plantas, ciclos e forças ambientais, preservado sobretudo em comunidades quilombolas e de terreiro, expressa uma forma de relação com a natureza que visa harmonia e continuidade da vida. A partir do caráter mercantil que incitou a colonização, a relação entre homem e natureza passa a ser guiada por uma lógica econômica predatória que monta as bases do sistema produtivo capitalista.

Outra categoria importante de análise é o trabalho, que para Marx é uma característica que diferencia o homem dos outros animais que realizam ações, mesmo que complexas, para fins instintivos

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. (MARX, 2013. P327)

Pensadores marxianos como Lukács (2012), destrincham a reflexão sobre trabalho elucidando o processo de objetivação da intenção do ser humano, transformando o mundo e se transforma enquanto sujeito e a partir do caráter teleológico do trabalho onde “O trabalho é a forma originária e básica da relação consciente e ativa do homem com a realidade externa. Ele representa uma ação orientada por um fim, baseada num plano, executada com instrumentos” (LUKÁCS, 2012). Na dinâmica de produção capitalista, a partir da análise da sociedade de classes, onde poucos detêm os meios de produção e outros tem sua força de trabalho para utilizar como mercadoria a troca de dinheiro, o trabalhador se afasta da amplitude criativa que a realização do trabalho pode lhe proporcionar e essa ação passa a ser desenhada pela lógica de lucro. Dessa forma, a relação entre trabalho e natureza passa a ser alienado, ambos vistos como recurso a serem explorados.

Posteriormente, os estudos de Marx foram retomados por Foster (2005) que revela observação referente ao conceito de metabolismo entre o homem e a natureza, e sugere uma ruptura metabólica entre os mesmos, mediada pelo trabalho alienado guiado pela lógica de lucro do modelo de produção capitalista. Aponta que o fundamento marxista, partindo do conceito de metabolismo social, consegue antecipar o pensamento ecológico que reverbera até a atualidade.

Além disso, o conceito de ruptura metabólica de Marx na relação entre cidade e campo, seres humanos e a terra, permitiu que ele penetrasse nas raízes do que os historiadores, por vezes, chamaram de “segunda revolução agrícola”, que estava ocorrendo no capitalismo de seu tempo, e na crise da agricultura a qual isso estava

associado, possibilitando assim, que ele desenvolvesse uma crítica da degradação ambiental que antecipou grande parte do pensamento ecológico da atualidade. (FOSTER, 2005) p208

Grossi (2014) aborda o conceito de metabolismo social para explicar a relação orgânica entre o ser humano e a natureza mediada pelo trabalho o aborda a partir da análise de “fissura metabólica”.

O metabolismo social se expressa na relação desenvolvida entre o homem e a natureza, mediada pelo trabalho, para a criação de riquezas ou bens adaptados às necessidades humanas, sendo comum e vital a qualquer forma de sociedade. Mas o conceito de fissura metabólica, explica justamente, a ruptura na relação sociedade-natureza, tendo em vista o imperativo do metabolismo social do capital, que submete tanto a natureza como o trabalho ao seu domínio, tornando-os alienados. (GROSSI, 2014)

Um dos pontos chave onde John Foster estrutura seu pensamento sobre a falha metabólica parte do estudo do desenvolvimento social atrelado às relações de produção capitalistas e as demandas estruturais desse sistema. Essa relação desencadeia uma crescente necessidade de mediação entre o homem e a natureza devido a uma superpopulação necessária à lógica do sistema, impactando diretamente na vida do trabalhador em si e no mesmo enquanto parte da classe trabalhadora.

A superpopulação sobre o capitalismo era, portanto, determinada não simplesmente pela existência de uma população excedente relativa de trabalhadores procurando emprego e, portanto, meio de subsistência; mas fundamentalmente, pelas relações de produção que fez a existência contínua de tal população excedente relativa necessária para o sistema. (FOSTER, 2005) p210

O autor segue o ensaio observando o desenvolvimento da agricultura sob a bússola do lucro, apontando o desenvolvimento de modelos de monocultura como a Plantation, seguidos de desenvolvimento da noção da utilização de insumos químicos para regularizar pontos deficientes daqueles espaços precários de adubagem ou fertilização, simulando o que aconteceria em um bioma naturalmente diverso de fauna e flora.

O declínio da fertilidade natural devido à interrupção do ciclo de nutrientes do solo que acompanha a agricultura capitalista, o crescente conhecimento das necessidades de nutrientes específicos do solo e as limitações na oferta de fertilizantes tanto naturais quanto sintéticos que compensariam a perda de fertilidade natural contribuíram, assim, para o sentimento generalizado de uma crise na fertilidade do solo. (FOSTER, 2005) P222

Dessa forma, fica evidente o movimento que parte da análise materialista histórica dialética desenvolvida por Marx, realizado no conceito de interação natural entre o homem e a natureza, mediado pelo trabalho e regulado pelas necessidades de reprodução social que levam a definição do metabolismo social. Posteriormente, é desenvolvido por Foster (2005) a teoria de “ruptura metabólica” a partir da noção que as relações sociais, direcionadas pela lógica capitalista de produção, reveladas durante o processo de desenvolvimento da agricultura se traduzem na alienação do trabalho e da natureza, transcrita na exploração predatória da mesma como recurso para o lucro. Dessa forma, fica evidente a centralidade do conceito para a análise de suas implicações na atualidade tanto no que se refere à impactos socioambientais vivenciados no campo e na cidade, quanto nas reverberações na classe trabalhadora.

“... para descrever o conjunto complexo, dinâmico e interdependente de necessidades e relações criadas e constantemente produzidas em forma alienada sob o capitalismo e a questão da liberdade humana que isso levanta - todas as quais poderiam ser vistas como sendo conectadas à forma como metabolismo humano com a natureza era expresso por meio da organização concreta do trabalho humano. O conceito de metabolismo, portanto, assumiu tanto significado ecológico específico quanto um significado social mais amplo” (FOSTER, 2005) P231

Em paralelo, Marques (2018) elabora um amplo estudo sobre as consequências sociais e ambientais da exploração predatória do modelo capitalista que apontam para um cenário de colapso ambiental. Esse estudo traz riquíssimos dados acerca da degradação das florestas, do desmatamento, do declínio dos recursos hídricos, da degradação do solo, da produção e descarte de lixo, da disputa acerca das terras raras, da corrida por elementos químicos funcionais à indústria capitalista e de como esses impactos reverberam através das mudanças climáticas.

A análise de Marques (2018) tem como base o conceito de Antropoceno e a nova relação do homem com a natureza. O autor relaciona o período geológico Holoceno, momento histórico que inicia as condições ideais de existência da biodiversidade observada na terra, em paralelo a realidade do Antropoceno, onde “...a ação do homem molda o sistema Terra de modo mais decisivo que as forças não antrópicas” (MARQUES p.461, 2018). Desse modo, o autor demarca processos capitaneados pelo homem, inscrito sob a lógica de lucro exponencial capitalista, que retornaram em impactos ambientais gravíssimos para a sociabilidade. Uma das muitas expressões dessa questão é expresso no uso de insumos químicos na indústria bélica e na agricultura, destacando a centralidade do homem

hierarquicamente acima das forças da natureza, trazendo uma ruptura entre a relação e destacando os “efeitos nefastos da antropização”

os extratos biológicos e o sistema Terra em geral foram profundamente moldados, e o serão ainda mais num próximo futuro, pelo conjunto desses eventos bélicos, pela Guerra Fria, bem com pelos impactos imensos sobre a biosfera causada pela máquina industrial e agropecuária do planeta no séculos XX e XXI (MARQUES, 2018)

O autor aponta para a utilização predatória dos recursos naturais à partir da centralidade do homem na mediação da sua realidade, indicando que, a partir da lógica capitalista e da subjugação do trabalho e da natureza inicia o processo antrópico que corroboram com o desenvolvido por Marx e Foster referente ao processo de metabolismo social e de ruptura do mesmo

Com esse conceito, abole-se a cisão, inaugural na consciência de si do homem, entre a esfera do humano e do não humano. no outro cosseno, a natureza deixou de ser uma variável independente do homem e se tornou, em última instância, uma relação social. mas o inverso é igualmente verdadeiro: as relações entre os homens e a sua mais ampla acepção - da esfera econômica à simbólica - perdem sua autonomia e tornam-se gradualmente funções de variáveis ambientais. (MARQUES, 2018)

Há referências na obra de Marques (2018) que apontam para os maiores agente efetivos negativos na realidade ambiental no planeta, destacando a mineração, barragens de rejeitos e a indústria química em parceria com a bélica, trazendo destaque sobre a agricultura moderna em parceria a uma das indústrias previamente citadas como a química, especificamente no que tange a utilização de insumos químicos, fertilizantes e pesticidas e como isso reverbera na redução da população de espécies e na contaminação do território.

O Agronegócio é por certo uma das causas mais importantes desse declínio populacional dos vertebrados. Além de avançar sobre a cobertura vegetal nativa, o Agronegócio intoxica os solos, eutrofiza o meio aquático pelo uso de fertilizantes químicos e envenena o meio ambiente com seus pesticidas sistêmicos. (MARQUES, 2018)

Na atualidade, autores como Andreas Malm (2009) apontam a crítica ao termo Antropoceno, destacando o conceito de “Capitaloceno”, onde o caráter predatório parte não do homem em si mas das relações sociais mediadas pela lógica de um sistema de produção que intui uma ascensão crescente e um lucro exponencial, onde a natureza e o processo de trabalho passam a ser alienados e mercadorizados a partir de um método predatório,

subsequentemente evidenciado na ruptura metabólica social. Marques (2018) se vale do conceito de Antropoceno, mas a análise proposta nesse trabalho dialoga com a teoria do “capitaloceno”

No Antropoceno, ao contrário, é a natureza que se torna efeito do humano. por onde vagueie, da estratosfera ao mar profundo, o homem encontra doravante - objetivamente, e não mais apenas como uma projeção de sua consciência - os efeitos de si próprio, e de sua ação e poluição industrial (MARQUES, 2018)

A partir dos autores destacados, fica explícita a expressão estrutural da ruptura metabólica, isto é, da fratura entre homem e natureza produzida pela subordinação do metabolismo social às necessidades da valorização do capital. Esse processo, aprofundado pela apropriação predatória dos territórios, da natureza e do trabalho, evidencia como a lógica capitalista reconfigura o metabolismo entre humanidade e ambiente em bases destrutivas, provocando impactos ecológicos e sociais de grande magnitude.

As contribuições de Grossi e Marques (2018) reforçam esse diagnóstico ao revelar que a atual questão ambiental não pode ser dissociada da dinâmica do capital, que causa a fissura metabólica. Ao confrontar a noção de Antropoceno com a perspectiva crítica do Capitaloceno, evidencia-se que não é a humanidade em abstrato a responsável pelos desastres ambientais, mas sim um modo de produção que funda suas condições de existência na expropriação contínua da natureza e dos povos.

2.1 A INDISSOCIABILIDADE ENTRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A QUESTÃO AMBIENTAL

Para iniciar essa análise é necessário entender o que é a Questão Agrária no Brasil e esse estudo parte da construção coletiva dos camponeses e da via campesina na sistematização desse conceito em duas etapas. Inicialmente a tese da Questão agrária parte da “área do conhecimento científico que se propõe a estudar o uso, a posse e a propriedade da terra” (STEDILE, 2012) e posteriormente, “como a sociedade, ao longo do tempo, organiza a produção que ela retira do manejo e produção agrícola” (STEDILE, 2012). No que tange ao uso da terra, pode se referir ao cultivo da terra, água, sol e microrganismos diversos necessários a um bioma fértil. Em relação à posse da terra, é residir naquele território. E ao que se implica a propriedade, é a condição jurídica de propriedade de uma porção do território a algumas pessoas.

A organização da produção agrícola no Brasil perpassa pelo comunismo primitivo observado na sociabilidade dos povos originários, ao capitalismo mercantil europeu advindo do processo de invasão e colonização portuguesa, quando a apropriação da terra foi estruturalmente vinculada aos interesses externos, que por sua vez distribuiu o território nacional em faixas chamadas capitanias hereditárias e, posteriormente, subdivididas no sistema de sesmarias. Nessas bases, consolida-se o modelo de organização de posse da terra, extensas áreas destinadas a pouquíssimos donatários, estruturando assim as bases do latifúndio. A produção passa a ser gerida pelo comando europeu, pautado na monocultura voltada à exportação para o território da coroa, sustentado pelo extermínio de muitos povos indígenas e no trabalho escravo de povos africanos, que obrigou mais de 7 milhões de pessoas a saírem de seus territórios, deixassem de falar suas línguas nativas e expressar seus ritos e mitos para trabalharem a base de açoites, violência de todos os tipos, processo que se estendeu por mais de 350 anos.

O colonialismo percebia os povos e os homens em dois blocos bem distintos, os civilizados e os primitivos/selvagens, esses segundos foram imputados como incapazes de autodeterminação. As principais estratégias foram o estrangulamento das identidades étnicas a nível ideológico e prático, o controle geográfico, a não concentração de indivíduos de mesma etnia, a neutralização das linguagens africanas, forçando a aprendizagem do português (RODRIGUES, 2019)

A partir da análise de Rodrigues (2015) e Santos (2015) é possível retomar autores essenciais que sintetizam perspectivas em relação à conformação da questão agrária no país. Caio Prado Júnior (1942) captura esse padrão ao afirmar que a colonização se organiza em torno de “latifúndio, monocultura e trabalho compulsório”, evidenciando que tais características não foram contingentes, mas constitutivas do projeto agrário nacional.

Em 1850, a relação com a propriedade da terra mudou no território nacional a partir da Lei de Terras, onde foi instituída legalmente a propriedade privada. É importante destacar outro pilar que estrutura o racismo no país a partir da análise da lei de terras, onde o povo preto ainda era mantido cativo, sendo excluído tanto da possibilidade de ter liberdade quanto daquela posta a partir da nova lei de adquirir a propriedade da terra de forma regulamentada.

A Terra foi destinada para uso das monocultura de grandes lavouras e da pecuária, organicamente associadas ao sistema escravista, com uso extensivo e predatório da terra dos recursos e bens da natureza ali localizados, que se esgotavam após ciclos de uso intensivo, o que levava a ocupação de novos proporções de terra, expandindo sempre a fronteira, sem fiscalização da coroa portuguesa ou mesmo do governo imperial após a independência. Tal processo constitui a origem do latifúndio e será aprofundada após 1850. (CARDOSO, 2018. p11)

Após a abolição da escravidão em 1888, a inexistência de políticas de reforma agrária favoreceu a manutenção da ordem fundiária hereditária, formando um proletariado rural destituído de terras e submetido a formas precárias de trabalho, expressões que denunciam a estrutura excludente e racista que a sociedade Brasileira se edificou. Florestan Fernandes (1975) enxerga nesse contexto uma “revolução burguesa inacabada”, sem a efetivação da Reforma Agrária como a corrente em países de desenvolvimento capitalista clássico, com destaque na modernização se dá “por cima”, conservando privilégios tradicionais. Cardoso (2018) desenvolve o pensamento que, a partir a legitimação da propriedade da terra, inicia o processo de mercantilização desses espaços de modo a substituir o que antes da abolição era a mercantilização de corpos pretos

A instituição da propriedade privada da Terra capitalizou a Terra como “novo patrimônio” dos fazendeiros e preparou as bases para substituição do escravo como principal patrimônio. Assim, transformava-se a terra em mercadoria capaz de substituir o escravo nas operações de crédito para os fazendeiros. (CARDOSO, 2018.P13)

No século XX, com a progressiva urbanização e industrialização, os conflitos agrários ganham nova visibilidade. Movimentos como as Ligas Camponesas denunciam a concentração fundiária e reivindicam Reforma Agrária. A promulgação do Estatuto da Terra de 1964 representou, em tese, um avanço ao instituir legalmente a função social da propriedade, representando a efervescência do debate relacionado à Questão Agrária na época. No entanto, o golpe militar e o regime ditatorial que inicializa no mesmo ano inviabilizou sua implementação, ao direcionar a política agrária para a modernização conservadora, orientada pelos interesses do grande capital.

Durante os anos 1960 e 70, o Brasil adotou os preceitos da Revolução Verde, promovendo uma suposta modernização da agricultura por meio de pacotes tecnológicos: mecanização, transgênicos, fertilizantes químicos e agrotóxicos. Na prática, esse modelo reforçou a concentração fundiária, aumentou a dependência tecnológica e substituiu o saber camponês por técnicas alienadas. A Revolução Verde não promoveu segurança alimentar, mas acentuou a exclusão social e os danos ecológicos, favorecendo o agronegócio e os grandes exportadores em detrimento da produção de alimentos para o povo. Mais uma vez a lógica capitalista prioriza a produção de commodities e o lucro à soberania alimentar, reforçando o caráter dependente do mercado internacional gerando impactos socioambientais profundos e sistêmicos.

A expansão desse modelo tem impulsionado o desmatamento em busca de terras férteis, após esgotamento do território anteriormente explorado pela monocultura, processo que contribui significativamente para a emissão de gases de efeito estufa. A utilização de sementes transgênicas corroboram para a diminuição massiva de variedades dos alimentos produzidos, algumas sendo patenteadas e transmutadas em semente de germinação única, para evitar a replicação daquela espécie fora dos controles da indústria. A prática da monocultura prejudica a fertilidade do solo, reduz drasticamente a biodiversidade e provoca contaminação hídrica quando associada a insumos químicos. O uso intensivo de agrotóxicos, muitos deles banidos em outros países, expõe trabalhadores e populações rurais a riscos à saúde. Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA), o Brasil é o maior consumidor mundial dessas substâncias, refletindo os interesses da lógica produtiva do agronegócio.

É importante destacar que a liberação do uso de sementes transgênicas no Brasil foi uma das responsáveis por colocar o país no primeiro lugar do ranking de consumo de agrotóxicos, uma vez que o cultivo dessas sementes geneticamente modificadas exigem o uso de grandes quantidades destes produtos. (INCA, 2015)

O crescimento dessa produção resultou em concentração de terra, expulsão de trabalhadores rurais e marginalização de comunidades tradicionais. Pequenos agricultores, povos indígenas, quilombolas e extrativistas enfrentam a perda de seus territórios e a violação de seus modos de vida e isso tem significativas consequências sobre suas culturas, saberes e autonomia econômica.

Conforme analisa Octávio Ianni (2019), o Estado assumiu centralidade na reorganização do campo, não para democratizar o acesso à terra, mas para assegurar as condições estruturais da acumulação capitalista no meio rural e garantir os privilégios solidificados por essa classe. A partir da adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, esse processo se intensificou com a mecanização massiva, a introdução de insumos químicos, a criação da EMBRAPA (1973) e a expansão agressiva das fronteiras agrícolas. Delgado (2010) identifica nesse movimento um verdadeiro pacto de poder entre o capital fundiário, o Estado e o capital industrial-financeiro, consolidando um modelo de desenvolvimento que combina concentração de terras, degradação ambiental, expropriação de trabalhadores e aprofundamento da desigualdade social.

Outra autora que dialoga muito bem com o tema é Guhur (2015), levantando o debate referente à Questão Ambiental a partir de uma análise materialista histórica dialética, apontando que não há uma indissociabilidade entre o homem e a natureza, reforçando a teoria do metabolismo social. O pensamento desenvolvido, demonstra o caráter destrutivo que a lógica capitalista leva ao mercado, após as subsequentes crises cíclicas que os lideram a novas formas de organização produtiva, exigindo reordenação mas mantendo sua base de exploração da natureza, descarte e consumo.

Obsolescência programada, especialmente de eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos, é o exemplo mais próximo dessa identidade entre o consumo e desperdício, abrindo novas oportunidades de acumulação, mesmo que isso signifique geração de detritos e poluição e acelere ainda mais o esgotamento de recursos naturais. Somente quando a depredação dos recursos ou a poluição alcançam magnitude tal, que repercutem numa elevação significativa dos preços das matérias-primas, é o que ocorre uma substituição por outros materiais mais baratos ou adoção de processos produtivos mais eficientes ou ainda o aproveitamento dos detritos “a reciclagem, estão na moda atualmente”. (GUHUR,2015).

Um exemplo dessa lógica de produção citada por Dominique está vinculada a disputa pelas chamadas Terras Raras e a corrida por componentes químicos vitais para a indústria moderna, utilizados em processos de complexificação de maquinários, insumos químicos, industriais, bélicos e outros. Esses elementos são chamados de raros pela dificuldade de extração e refino para uso nessas áreas citadas. Marques (2018) aponta para mais uma problemática em torno das terras raras que é sobre territórios disputados no Brasil.

Além disso, há altas concentrações de terras raras em reservas indígenas da Amazônia brasileira: 40 milhões de toneladas no morro seis lagos, na terra indígena balaio, no Amazonas e na Serra do repartimento da terra indígena Yanomami, em Roraima, esta última já sob forte pressão da mineração de ouro. (MARQUES, 2018)

Ao analisar a Questão Agrária no Brasil a partir de sua conformação histórica, marcada pelo latifúndio, monocultura e trabalho compulsório fica evidente que ela não se restringe à disputa pela terra, mas se articula profundamente com a Questão Ambiental. A formação do campo brasileiro, desde a invasão portuguesa, foi estruturada sobre a expropriação territorial dos povos originários, a escravização de populações africanas e a construção de um modelo de produção voltado ao mercado externo. Esse padrão, identificado por Caio Prado Jr. como núcleo da colonização, instituiu não apenas a desigual distribuição fundiária que perdura até hoje, mas também um modo de relação com a natureza baseado na

subordinação da mesma às demandas de acumulação, reforçando o que Marx e autores posteriores denominaram ruptura metabólica.

Com a institucionalização da propriedade privada pela Lei de Terras de 1850 e a abolição de 1888, se estruturou uma estrutura fundiária restrita e racializada. Essa exclusão inicial reverbera até hoje em processos de racismo ambiental que se materializam tanto na negação do acesso à terra quanto na violência sobre territórios quilombolas, indígenas e tradicionais, justamente aqueles que historicamente mantiveram formas não predatórias de metabolismo com a natureza.

A modernização conservadora do campo, intensificada a partir dos anos 1960, aprofunda esse quadro ao integrar agricultura, indústria química, crédito rural e Estado em um pacto voltado à expansão das fronteiras produtivas. Esse modelo intensifica a concentração fundiária, expulsa populações camponesas e indígenas e impõe práticas agrícolas baseadas em monoculturas, mecanização pesada, fertilizantes, sementes transgênicas modificadas em laboratório e pesticidas. Tal dinâmica se alinha ao que Foster conceitua como ampliação da ruptura metabólica, ao transformar a terra em plataforma de extração contínua, artificializada e predatória, orientado por um modelo que visa o crescimento exponencial do lucro, rompe o ciclo ecológico natural, esgotam-se nutrientes, contamina rios e terras e precariza o trabalho. É nesse ponto que a Questão Agrária se mostra indissociável da Questão Ambiental, uma vez que o mesmo processo histórico que concentra terra também concentra danos ambientais, tornando a desigualdade social inseparável da degradação ecológica. Em outras palavras, a estrutura agrária brasileira, herdeira do latifúndio colonial, produz um metabolismo social orientado para o lucro, em oposição à reprodução da vida, gerando tanto injustiças sociais quanto destruição ambiental.

Guhur (2015) reforça essa articulação ao mostrar que a lógica capitalista de produção opera por ciclos de expansão, crise e reestruturação, sustentados na obsolescência, no desperdício e no consumo ampliado e explorando os recursos naturais. Essa dinâmica intensifica a demanda por insumos químicos, terras férteis e minérios estratégicos, atentando a demanda do capital sob as chamadas terras raras, cuja exploração, conforme aponta Marques (2018), está cada vez mais direcionada sobre territórios indígenas e áreas de preservação. Assim, a disputa agrária contemporânea abrange não apenas a terra agrícola, mas também o subsolo, os aquíferos, a biodiversidade e os elementos estratégicos da indústria global, demonstrando que a territorialização do capital avança sobre múltiplas dimensões da natureza.

A Questão Ambiental não pode ser tratada como um fenômeno externo à organização social da produção uma vez que ela é expressão direta da forma como o capitalismo se territorializa no campo, convertendo terra, água, florestas, minérios e até corpos humanos em recursos exploráveis. Atualmente, a introdução dos dispositivos da Indústria 4.0 no campo, como robótica avançada, sensores, drones pulverizadores, sistemas geridos por inteligência artificial, os data centers, veículos autônomos e colheitadeiras inteligentes demonstra a continuidade da modernização conservadora no espaço rural brasileiro. Esse processo demonstra a distância de democratizar o acesso à terra ou melhorar as condições de vida dos trabalhadores, aprofundando a dependência tecnológica do agronegócio.

Esse pacote tecnológico, apresentado como solução para o aumento da produtividade e da eficiência, carrega grandes impactos ambientais e sociais e produz riqueza para os poucos barões do agro, que transferem o capital da exploração do homem e da terra para a mecanização dos processos produtivos. Drones pulverizadores de vôo automatizados, por exemplo, têm ampliado o envenenamento de nascentes, a contaminação do solo e a eliminação de espécies nativas, contribuindo para a devastação dos biomas e para o agravamento dos conflitos socioambientais, sobretudo em áreas onde vivem povos indígenas, quilombolas e comunidades camponesas. Ao mesmo tempo, essa base tecnológica acelera um processo estrutural aprofundado por Mészáros (2006) que é a substituição do trabalho vivo, a força de trabalho humana que cria valor, pelo trabalho morto, entendido como o conjunto de máquinas, sistemas automatizados e equipamentos que incorporam trabalho e passam a comandar o processo produtivo.

Segundo Mészáros (2006), no sistema sociometabólico do capital, o trabalho morto tende não apenas a complementar, mas a suplantiar o trabalho vivo, deslocando o trabalhador para funções cada vez mais periféricas e degradadas, reduzindo sua autonomia e fragilizando sua centralidade na produção. No campo, essa dinâmica se expressa na redução drástica da necessidade de mão de obra, no aumento do desemprego estrutural rural, na intensificação da precarização e no crescimento do êxodo rural, consequência direta do avanço de maquinários que executam, em minutos, atividades que antes demandava dezenas de trabalhadores. A indústria 4.0, portanto, não inaugura uma ruptura, mas radicaliza um processo histórico de expulsão da força de trabalho do campo, ao mesmo tempo em que concentra riqueza, destrói ecossistemas e amplia a desigualdade. Trata-se de uma continuidade da modernização conservadora, agora revestida de linguagem tecnológica, que reafirma a lógica capitalista de maximização da produtividade às custas da vida humana e da natureza.

Foster (2005) destaca que a falha metabólica não é um acidente, mas um traço estrutural do capitalismo global e afirma que não há “capitalismo sustentável”. A crise climática, a escassez de água e a degradação dos solos são consequências inevitáveis do modo de produção capitalista, uma vez que o ideal desse modelo de produção inclui alcançar uma escala gradativa e crescente de lucro. A ideia de um “capitalismo verde” é, para Marques (2018), uma farsa ideológica, usada para preservar os lucros e mascarar os danos ambientais irreversíveis que já estão em curso. Para Grossi (2014), a crise ambiental representa as consequências de um modelo predatório.

A chamada crise ambiental, que se apresenta através de problemas como a pilhagem, degradação e destruição ambiental é a expressão visível do que consideramos como questão ambiental, a qual é intrínseca a uma sociedade de classes, estruturalmente desigual, envolvendo sujeitos antagônicos, que condiciona e restringe as possibilidades de apropriação e uso dos bens ambientais. (GROSSI, 2014)

As refrações dessa dinâmica não se restringem ao território rural, uma vez que a consequência da expropriação dos povos do campo leva parte dessa população à cidade, em busca das promessas de desenvolvimento e emprego. Esses “processos históricos de expropriação que separam, de forma originária e contínua, o trabalhador da posse dos recursos sociais de produção e reprodução” (CARDOSO, 2018. p7) e um fator de destaque na análise dessa migração de corpos e costumes para os centros urbanos são as formações residenciais precárias, baseadas também na especulação imobiliária da terra, dessa forma, restringindo o acesso. O que uma boa parte encontrava eram ambientes sem infraestrutura sanitária e um mercado de trabalho inchado pelo quantitativo de novas pessoas na região. Referente também a análise da especulação imobiliária, Cardoso (2018) descreve como “práticas rentistas e patrimoniais da terra urbana e rural (terra como reserva de valor e terra como reserva patrimonial)”, já que a propriedade de terras no Brasil se destaca por um caráter especulativo pareado com a moeda cambial em si. Em regiões com menor especulação imobiliária, ou seja, territórios de difícil acesso e com baixa infraestrutura sanitária, foram ocupados por povos expropriados do campo, assim como aqueles povos escravizados que foram “libertos” no pós-abolição sem direitos e reparação alguma por parte do Estado.

Esse processo é abordado por Cardoso (2018) em sua importante contribuição para a compreensão da tríade agrário/urbano/ambiental enquanto totalidade, principalmente para o processo de formação e atuação profissional do Serviço Social.

É necessário ao Serviço Social investigar e conhecer as diferentes formas de apropriação, uso e ocupação de terra, suas tradições e histórias de conflito e resistência, nas diversas regiões e nos distintos lugares onde a vida cotidiana da classe trabalhadora, ou de forma mais ampla, dos subalternos, se processa a partir do tempo e das necessidades do trabalho, da cultura, das relações familiares e de outras formas de pertencimento social, da moradia, do prazer, das formas de relação com a natureza. (CARDOSO, 2018. p5)

O que se propõe com essa análise é trazer a luz sobre o desenvolvimento do território brasileiro e “buscar compreender o que ficou inviabilizado como resíduo apagado ou subordinado sob os escombros da “marcha do progresso” (CARDOSO, 2018. p10) e analisar a indissociabilidade desses processos entre o espaço agrário, urbano e ambiental. Embasado na análise inicialmente destacada aqui, o processo de alienação do trabalho e da natureza expressos na ruptura do metabolismo social em detrimento do processo de expansão e acumulação capitalista, processo que utiliza dos recursos da natureza com viés destrutivo e predatório, resulta em impactos socioambientais que são vividos tanto nas comunidades do campo mas nas áreas urbanas. Desastres como inundações de territórios por rompimento de barragens (como o caso de Mariana e Brumadinho), contaminação de rios e nascentes, aumento da temperatura regional, queda da umidade, mortalidade de espécies de fauna e flora, emissão de gases de efeito estufa, moradia em áreas de risco e encostas, resíduos sólidos sem destinação adequada, secas prolongadas no Nordeste, enchentes devastadoras no Sul e Sudeste, cinturão de desmatamento no Centro Oeste pela agropecuária, perda de safras camponesas, elevação do preço dos alimentos, aumento da insegurança alimentar, deslocamentos forçados e imigrantes climáticos.

As contradições e conflitos decorrentes desta dinâmica capitalista da relação Terra/propriedade incidem historicamente no tempo presente sobre a produção e reprodução desigual dos espaços urbano, agrário e ambiental - tornando mais complexas as refrações da questão social. Da mesma forma tal incidência estende-se ao campo das políticas sociais e também conforme os horizontes das lutas sociais pela reforma urbana, a reforma agrária, e por novos padrões ecológicos civilizatórios e de justiça socioambiental. Isso significa afirmar que a compreensão da tríade agrário/urbano/ambiental, enquanto totalidade, pressupõe o reconhecimento das lutas de classe como movimento fundamental da história, assim como desenvolvimento das forças produtivas, evitando-se, dessa forma, as armadilhas de uma análise estruturalista ou idealista da história. (CARDOSO, 2018. P13)

Dessa forma, fica evidente que a modernização conservadora do campo sob a lógica do agronegócio não constitui um avanço emancipatório, mas sim o aprofundamento das formas históricas de dominação e expropriação que estruturam o desenvolvimento brasileiro desde a colonização. A incorporação de tecnologias vinculadas à Indústria 4.0, ao invés de promover autonomia ou melhoria das condições de vida dos trabalhadores, opera como

mecanismo de ampliação da dependência técnica, intensificação da precarização do trabalho e consolidação da hegemonia do capital sobre os territórios. O fortalecimento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, tal como analisado por Mészáros (2006), revela um processo que não apenas anula a centralidade do trabalhador, mas esvazia o próprio sentido social do trabalho, reduzido à sua funcionalidade para a acumulação capitalista.

Essa dinâmica não se encerra no espaço agrário, uma vez que a expulsão contínua de povos indígenas, quilombolas, camponeses e trabalhadores rurais de seus territórios, resultado das cercas, do agronegócio, da mineração e da apropriação privada da terra, reverbera diretamente no espaço urbano, onde a classe trabalhadora é empurrada para ocupar áreas sem infraestrutura, vulneráveis a deslizamentos, enchentes, alagamentos e a diversas expressões da Questão Social. Conforme analisa Cardoso (2018), os processos de expropriação originária e permanente, que rompem a relação entre os trabalhadores e suas condições sociais de produção e reprodução, dão forma a uma urbanização excludente, racializada e ecologicamente predatória, marcada por práticas rentistas que tratam a terra, rural e urbana, como reserva patrimonial e instrumento de valorização financeira.

A compreensão dessa tríade agrário/urbano/ambiental como totalidade revela que os impactos socioambientais contemporâneos não são acidentes, mas expressões históricas da ruptura metabólica produzida pelo modo de produção capitalista. O metabolismo destrutivo entre sociedade e natureza, alimentado pelo lucro e pela mercantilização absoluta da terra, reorganiza continuamente os territórios, definindo quem pode existir, trabalhar e viver com dignidade. Assim, o campo e a cidade não podem ser analisados como esferas separadas, mas como dimensões interdependentes de um mesmo processo da vida social. É nesse contexto que se insere a necessidade teórica, política e profissional de reconhecer as lutas pela reforma agrária, pela reforma urbana e pela justiça socioambiental como expressões de resistência coletiva frente ao avanço destrutivo do capital sobre a terra, o trabalho e a natureza.

3. A CRIAÇÃO DE ALTERNATIVAS POPULARES : AGROECOLOGIA, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA POPULAR

A partir do capítulo anterior fica evidente a indissociabilidade entre a Questão Agrária, Questão Ambiental e a financeirização dos bens comuns a partir da lógica de produção capitalista. A crítica marxiana ao metabolismo social permite compreender que a chamada “crise ambiental” não é apenas uma consequência do capitalismo, mas uma de suas expressões estruturais. A crise estrutural do capital, a partir da análise de Mészáros (2009),

descreve a atual fase do modo de produção capitalista para além das crises cíclicas, se materializando em uma instabilidade profunda e persistente das relações entre produção, trabalho e sociedade.

A crise estrutural do sistema do capital como um todo-a qual estamos experimentando os dias de hoje em uma escala de época-está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar à certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social econômica cultural (Mészáros, 2009. P17)

O autor associa essa crise estrutural do capital à incapacidade do modelo de produção de superar seus limites intrínsecos, como a contradição entre a produção e a busca de acumulação de valor, evidenciando a força de produção destrutiva resultante de um modelo que busca crescimento constante do lucro através da exploração do trabalho e dos bens comuns. Nessa perspectiva, a crise estrutural é entendida como o aprofundamento das contradições fundamentais do capitalismo, que agora se tornam parte indissociável da própria dinâmica de reprodução. Desse modo, a crise estrutural do capital e o metabolismo social são duas faces da mesma crise, já que a mediação entre trabalho e natureza passa a ser subjugada frente à necessidade de acumulação constante, elevando os níveis de exploração dos bens comuns a um ponto destrutivo, evidenciando a falência de um sistema que não consegue mais regular nem suas contradições internas.

Se torna necessário analisar as alternativas concretas construídas pela classe trabalhadora frente à ruptura metabólica consequente desse modelo e do seu potencial destrutivo. A agroecologia emerge não apenas como um conjunto de técnicas agrícolas, mas como importante ferramenta política, capaz de articular trabalho, natureza, território e organização coletiva em oposição direta ao agronegócio e ao metabolismo destrutivo trilhado pela via do Capitaloceno.

Conforme aponta Guhur (2012), a agroecologia deve ser compreendida como uma construção histórica e social que nasce das experiências e dos saberes dos povos do campo, articulando conhecimento científico crítico e saberes tradicionais, acumulados por gerações de camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais. Essa perspectiva rompe com a noção de neutralidade técnica, ao afirmar que toda forma de produção agrícola está inserida em um projeto societário específico.

Nesse contexto, a agroecologia não se restringe ao desenvolvimento de experiências de agriculturas de base ecológica, ressaltando processos de organização social que se orientam pela luta política e transformação social, indo além da luta econômica

imediate e corporativa e das ações localizadas, e por vezes assistencialistas, junto dos agricultores. De fato, a agroecologia possui uma especificidade que referencia a construção de outro projeto de campo. Entretanto, tal projeto de campo é incompatível com o sistema capitalista e depende, em última instância, de sua superação.(GUHUR, 2015, p. 65)

Diferentemente do modelo do agronegócio que é baseado na monocultura, na dependência tecnológica externa, de insumos químicos, na financeirização da terra e na subordinação da produção ao mercado internacional, a agroecologia parte da centralidade da vida e da reprodução social. Ao priorizar a diversidade produtiva, o equilíbrio ecológico, o manejo dos ciclos naturais e o trabalho coletivo, ela se coloca como uma resposta prática à falha metabólica descrita por Marx (2013) e aprofundada por Foster (2005), ao buscar restabelecer a mediação equilibrada entre sociedade e natureza. Nessa perspectiva, Guhur (2015) analisa uma frente de trabalho

O que se quer destacar aqui é que na agroecologia não se trata, como observamos em muitos debates, disse se contrapor “à evolução das forças produtivas”, substituindo técnicas as mais “modernas e avançadas” por práticas arcaicas e supersticiosas. Trata-se de escolher as tecnologias apropriadas, de acordo com parâmetros que não são redutíveis à “eficiência” fetichista da ação capitalista, no momento em que o capitalismo financeiro pressiona por apostas tecnológicas cegas, de uma irresponsabilidade social total. (GUHUR, 2025. P294)

A agroecologia não se limita à mitigação dos impactos ambientais, mas questiona o próprio fundamento do sistema produtivo capitalista, ao disputar o sentido do trabalho agrícola e da produção de alimentos. Enquanto o agronegócio transforma a terra em plataforma de extração de valor e o alimento em mercadoria, a agroecologia reafirma o alimento como direito humano fundamental, base da soberania alimentar dos povos.

Stedile (2012) destaca que a soberania alimentar se diferencia da noção restrita de segurança alimentar ao incorporar a dimensão política da produção e do consumo de alimentos. Trata-se do direito dos povos de decidir o que produzir, como produzir e para quem produzir, respeitando seus territórios, culturas e modos de vida. A agroecologia, portanto, deve ser compreendida como prática social e política importante frente à lógica do Capitaloceno. Ao valorizar formas de produção baseadas na cooperação, na diversidade e no respeito aos ciclos naturais, a agroecologia afirma a possibilidade concreta de outro metabolismo social, orientado pela reprodução da vida e não pela reprodução do capital.

É antagônico o sistema de exploração e opressão históricas, e visa superar o atual modelo de produção presente na agricultura brasileira, contribuir ativamente com as mudanças estruturais necessárias, na superação das relações de exploração e opressão do trabalho, da compreensão do alimento com mercadoria não como bem humano. As mudanças estruturais na forma de uso dos bens da natureza, que pertence a toda a

sociedade, direciona-se para a organização das relações de produção e das relações sociais, em que busca contribuir de forma permanente na construção de uma sociedade justa, igualitária e solidária (GROSSI et al., 2024, p. 451)

Essa perspectiva se materializa de forma contundente nas experiências construídas por movimentos sociais do campo, especialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que incorpora a agroecologia como eixo estruturante de sua proposta de Reforma Agrária Popular. É a partir dessa compreensão que se torna possível analisar o MST não apenas como um movimento reivindicatório, mas como sujeito político que constrói alternativas reais ao modelo hegemônico de produção agrícola e organização territorial.

3.1 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST) E A REFORMA AGRÁRIA POPULAR

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se constitui como um dos principais sujeitos coletivos da luta pela terra no Brasil e na América Latina, desempenhando papel central na denúncia da concentração fundiária, na resistência ao agronegócio e na construção de alternativas populares para a organização do campo. O MST surge em um contexto de intensificação da modernização conservadora da agricultura brasileira, marcada pela exclusão de milhões de trabalhadores rurais, pelo avanço da mecanização e pela consolidação do latifúndio como estrutura dominante da propriedade da terra.

Diferentemente das concepções clássicas de reforma agrária, limitadas à redistribuição de terras improdutivas, o MST desenvolve ao longo de sua trajetória a proposta de Reforma Agrária Popular, que amplia o horizonte da luta para além do acesso à terra. Essa proposta articula a democratização da propriedade fundiária à transformação dos modos de produção, à defesa dos bens naturais, à soberania alimentar, à educação do campo e à construção de novas relações sociais baseadas na cooperação e na solidariedade

Segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2021), a Reforma Agrária Popular surge como uma resposta às mudanças ocorridas no campo brasileiro nas últimas décadas e às limitações da chamada reforma agrária clássica. Para o movimento, a simples distribuição de terras, que foi central nas lutas dos anos 1980 e 1990, já não dá conta dos problemas atuais, marcados pela forte concentração fundiária, pelo avanço do agronegócio e pela exploração intensiva dos recursos naturais. Diante disso, o MST passa a defender uma proposta mais ampla, que não se restringe apenas aos trabalhadores rurais, mas envolve toda a sociedade. A Reforma Agrária Popular propõe uma nova forma de organizar a produção agrícola, baseada na agroecologia, no respeito ao meio ambiente e na produção de

alimentos saudáveis. Diferentemente do modelo dominante, que prioriza a exportação e o lucro, essa proposta entende o alimento como um direito da população e a terra como um bem que deve cumprir uma função social. Dessa forma, a reforma agrária deixa de ser apenas uma política de acesso à terra e passa a ser um projeto de transformação social, econômica e ambiental.

Além da dimensão produtiva, o MST compreende o trabalho como princípio educativo, conforme expresso em seus cadernos de formação e nas práticas cotidianas dos assentamentos e acampamentos. O trabalho coletivo nos mutirões, a organização em setores e a vida comunitária constituem espaços de formação política, nos quais os sujeitos constroem consciência de classe, identidade coletiva e compromisso com a transformação social. Essa pedagogia do trabalho dialoga diretamente com a concepção marxiana do trabalho como mediação entre o ser humano e a natureza, resgatando seu caráter criativo e emancipador, em oposição ao trabalho alienado, cerne do modelo capitalista.

Percebe-se, que a solidariedade aproxima-se da forma específica no trabalho dos mutirões, pois a prática formativa se dá em meio ao trabalho coletivo. O trabalho é central, mas não dentro da lógica do capital. A educabilidade dos mutirões, partindo do trabalho que é realizado coletivamente, vai na contramão do sentido histórico do trabalho dentro do capitalismo. (GUERRA, 2024. P4)

A atuação do MST também evidencia a indissociabilidade entre campo e cidade, aspecto fundamental para a compreensão da Questão Social contemporânea. O MST rompe com a falsa dicotomia entre rural e urbano, demonstrando que a concentração fundiária, a degradação ambiental e a insegurança alimentar são expressões de um mesmo processo histórico de expropriação e exploração. Essa articulação se torna ainda mais visível em contextos de crise, como durante a pandemia da COVID-19, quando o movimento intensificou ações de solidariedade e distribuição de alimentos.

Essa proposta defende a vida e a construção de relações verdadeiramente humanas. Busca dialogar com as necessidades, sobretudo, de quem vive nos grandes centros, para construir ações que influenciam e atuam nos centros urbanos, locais onde a grande maioria da classe trabalhadora reside, alimenta-se e trabalha. Logo, para ser cada vez mais popular é preciso ter muita gente convencida e defendendo seu papel e a efetiva participação popular do conjunto da sociedade. (GROSSI et al., 2024, p. 451)

O MST se afirma como sujeito político que materializa, na prática, a crítica teórica desenvolvida por autores como Foster (2005), Marques (2018) e Guhur (2015), ao demonstrar que a superação da ruptura metabólica exige a reorganização das formas de produção, distribuição e na participação popular nos processos decisórios. A Reforma

Agrária Popular, ao articular agroecologia, soberania alimentar e organização coletiva, aponta para a construção de um projeto societário alternativo, no qual a terra deixa de ser mercadoria e se reafirma como bem comum, indispensável à reprodução da vida.

3.1.1 O PLANTIO SOLIDÁRIO NA ZONA DA MATA MINEIRA: AGROECOLOGIA E ORGANIZAÇÃO POPULAR

É a partir dessa base que se insere o Projeto Plantio Solidário, desenvolvido pelo MST na Zona da Mata Mineira, experiência concreta que expressa, de forma material, os princípios da Agroecologia e da Reforma Agrária Popular. O Projeto constitui uma experiência concreta e popular desenvolvida pelo MST na Zona da Mata Mineira. Mais do que uma ação emergencial de enfrentamento à fome, o Plantio Solidário se configura como uma estratégia política que articula trabalho coletivo, controle social, produção de alimentos nutritivos e solidariedade, evidenciando a indissociabilidade entre os territórios do campo e da cidade.

O projeto é desenvolvido, inicialmente, no Assentamento Dênis Gonçalves, localizado nos municípios de Goianá e Chácara, na Zona da Mata de Minas Gerais. Esse território carrega marcas violentas da formação social brasileira, uma vez que a antiga Fazenda de Santana se constitui como um espaço manchado pelo sangue da escravidão e reprodução forçada de pessoas. A ocupação e posterior transformação desse espaço em assentamento da reforma agrária representa não apenas a redistribuição da terra, mas a ressignificação de um território marcado pela violência, transformado em um espaço de produção da vida, de memória e de resistência. O projeto deslancha no contexto da pandemia da COVID-19, período marcado por uma crise sanitária, econômica e alimentar profunda, agravada por um governo ultraliberal e negacionista, que intensificou a precarização das condições de vida da classe trabalhadora.

Frente à ausência de políticas públicas efetivas para o enfrentamento da fome, o MST, em parceria com outros movimentos sociais e representantes da sociedade civil, organizou mutirões de cultivo agroecológico destinados à doação de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade em diversos territórios urbanos da região.

Projeto vem unindo coletivos e movimentos urbanos em diálogo e junto ao MST, para construir uma proposta de trabalho de base e de solidariedade muito potente, unindo campo e cidade, para acumular forças e solidificar a luta tão urgente desses tempos. Podemos afirmar que o plantio solidário é uma ferramenta de articulação da classe trabalhadora, que para além de enfrentar a questão da fome tem objetivo comum que é a construção de força social organizada. (GROSSI et al., 2024, p.454)

A proposta do Plantio Solidário rompe com a lógica assistencialista, ao compreender o alimento produzido não como mercadoria nem como favor, mas como direito social fundamental. As famílias beneficiadas não ocupam um lugar passivo nesse processo, uma vez que muitas participam ativamente dos mutirões de plantio, colheita e organização, vivenciando diretamente a dinâmica da produção agroecológica. Essa participação fortalece a consciência coletiva sobre a origem dos alimentos, sobre a função social da terra e sobre a centralidade do trabalho coletivo na reprodução da vida.

A organização dos mutirões revela a dimensão pedagógica do projeto, partindo da concepção do MST de que o trabalho é princípio educativo. Os encontros são estruturados a partir da organicidade do movimento, com divisão em grupos como produção, alimentação, mobilização, finanças e ciranda, garantindo o funcionamento coletivo das atividades. Antes do início das tarefas, é comum a realização de momentos de mística, rodas de conversa e cafés coletivos, nos quais os participantes compartilham alimentos, experiências e reflexões sobre a realidade social, a história do território e a luta pela terra. Esses espaços de convivência e troca reforçam a formação política dos sujeitos envolvidos, demonstrando que a agroecologia, para além de técnica agrícola, é um processo formativo e emancipador.

Durante o café da manhã coletivo, onde vários voluntários levam um tipo de alimento, o corpo se fortalece para trabalhar. Em um movimento de roda, de troca de experiências e saberes, são abordadas questões referentes ao desenvolvimento do território brasileiro, dos trabalhadores do campo e da cidade. Aquele espaço fortalece vínculos, tanto durante reflexões trazidas pelas lideranças do movimento social quanto no processo de manejo da terra, das mudas de hortaliças recém plantadas e presentes também de forma lúdica, na música onde instrumentos de trabalho na lida com a terra, como a foice e a enxada, se transmutam em instrumentos musicais que compõe a melodia.

A prática do Plantio Solidário evidencia, de forma material, a crítica à ruptura metabólica produzida pelo capitalismo. Conforme discutido por Foster (2005), a alienação do trabalho e da natureza rompe os ciclos ecológicos e sociais, subordinando a produção de alimentos à lógica do lucro. Em oposição a isso, o projeto reafirma uma relação equilibrada entre sociedade e natureza, baseada no manejo agroecológico, na diversidade produtiva e no respeito aos ciclos naturais do solo, da água e das plantas.

O caráter de formação expressa uma de suas faces políticas, tendo em seu cerne a organização da construção coletiva popular em cada ação semeada, os valores de uma sociedade mais justa, livre de opressão, exploração da fome são cultivados. nota-se

que a expressão política da agroecologia no Plantio Solidário - MST não se manifesta em ações se autorizadas ou em apenas determinados aspectos desenvolvidos isoladamente, o grande esforço é compreender que a agricultura é uma matriz produtiva que busca retomar a relação dos seres com a natureza que se realiza em um trabalho que nos realiza enquanto seres sociais. (GROSSI et al., 2024, p.456)

Outro elemento central do projeto é a articulação entre campo e cidade, já que as ações do Plantio Solidário se estendem para além do assentamento, alcançando bairros urbanos como Dom Bosco, Parque Burnier, Santa Cândida, Sarandira, Vale Verde, Caiçaras, Marilândia e Benfica, por meio de parcerias com coletivos populares, escolas públicas e movimentos comunitários. Essa articulação evidencia que a fome, a precarização do trabalho e a degradação ambiental não são fenômenos isolados, mas expressões interligadas da Questão Social, produzidas pelo mesmo processo de expropriação que concentra terras no campo e empurra populações para territórios urbanos precarizados, perpetuando também a lógica patrimonialista da especulação imobiliária dos territórios urbanos abordada por Cardoso (2018). O projeto rompe com a falsa dicotomia entre rural e urbano e evidencia que a democratização do acesso à terra é condição fundamental para o enfrentamento da insegurança alimentar, da pobreza urbana e das desigualdades socioambientais. A terra, tratada pelo capital como reserva de valor e objeto de especulação, é reapropriada socialmente como espaço de produção de alimentos, de formação política e de construção de vínculos comunitários.

O Plantio Solidário se apresenta como uma experiência concreta de agroecologia enquanto projeto político, ao articular produção de alimentos, formação social, solidariedade de classe e enfrentamento às desigualdades estruturais. Ao mesmo tempo em que responde a uma emergência social, a fome, o projeto aponta para horizontes de transformação mais amplos, afirmando a articulação dos povos do campo e da cidade como eixo central de um projeto popular de sociedade. Essa experiência demonstra que a recomposição do metabolismo social não é apenas uma formulação teórica, mas uma prática possível, construída cotidianamente pelos movimentos sociais na luta pela vida, pela terra e pela dignidade.

3.2 O Feijão de Ogum: ancestralidade, território e resistência.

O projeto Feijão de Ogum constitui uma experiência coletiva que articula produção, partilha de alimentos, espiritualidade, ancestralidade e luta política, se destacando como uma prática de resistência socioterritorial profundamente enraizada na história da população negra.

Idealizado por Paulo Azarias em articulação com o Movimento Negro Unificado (MNU), diversos representantes dos povos de terreiro e da sociedade civil, o evento segue na sua 22ª edição. Diferente de iniciativas que tratam a alimentação apenas sob a ótica da carência material, o Feijão de Ogum se insere em um campo simbólico, cultural e político mais amplo, no qual o alimento é compreendido como expressão de identidade, memória, pertencimento e luta. Essa experiência dialoga diretamente com os fundamentos da Agroecologia, da soberania alimentar e da Reforma Agrária Popular, ao afirmar a centralidade da vida e do território frente à lógica mercantil do capital.

O Feijão de Ogum tem origem na tradição das religiões de matriz africana, especialmente nas referências simbólicas ao orixá Ogum, associado ao ferro, ao trabalho, aos caminhos e à tecnologia. Ogum representa aquele que abre os caminhos e transforma a natureza por meio do trabalho humano, estabelecendo uma mediação fundamental entre o ser social e o mundo natural. Essa simbologia se aproxima, de forma significativa, da concepção marxiana do trabalho como mediação ontológica entre a humanidade e a natureza enquanto o capitalismo subordina o trabalho à lógica da exploração e da alienação.

A partir da técnica de observação participante, acompanhei a semana de eventos realizados pelo projeto Feijão de Ogum, que resgata o trabalho como prática coletiva, vinculada à reprodução da vida e à manutenção dos vínculos sociais e culturais.

A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. (MINAYO, 2001. P21)

O preparo e a partilha do alimento não se limitam a uma atividade funcional, mas constituem um ritual que reafirma a dignidade e manifestação diversa de cultura dos povos negros, historicamente violentados pelo racismo estrutural. Nesse sentido, o corpo emerge como o primeiro território de disputa, marcado por processos históricos de escravização, expropriação e marginalização, mas também como espaço de resistência, memória e reafirmação identitária.

A dimensão territorial do Feijão de Ogum se expressa tanto nos espaços urbanos onde a iniciativa é realizada quanto na articulação com territórios do campo, especialmente com acampamento da reforma agrária e ao MST. Essa parceria foi executada no Acampamento

Roza Cabinda, escorado em práticas agroecológicas, o Feijão de Ogum reafirma a soberania alimentar como direito coletivo.

No mês de março, mais de cem pessoas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do MNU se reuniram no acampamento agroecológico Roza Cabinda para plantarem as sementes de feijão do evento de 2025. A atividade contou com alunos da faculdade de Serviço Social da UFJF, agentes populares de saúde, representantes do Mutirão da Meninada e de povos de terreiros. O plantio foi seguido de uma roda de conversa sobre “A sacralidade da terra”, com colaboração de Hubono Camilo de Oyá e Kenia de Osogiyán. A colheita de toda a produção do feijão para o evento foi realizada no dia 13 de junho, com o intuito de ser distribuído gratuitamente no último dia do evento (13), conforme a organização. (BRAGA, 2025)

O racismo ambiental e religioso constitui um elemento central para a compreensão da importância política do Feijão de Ogum na análise da luta pela terra e pela efetivação de direitos sociais. Historicamente, as populações negras no pós-abolição foram empurradas para territórios degradados e sem infraestrutura, ao mesmo tempo em que suas práticas religiosas e culturais foram criminalizadas e estigmatizadas. Essa dinâmica revela que a desigualdade socioambiental não é um acidente, mas um produto direto da formação social brasileira.

O empreendimento escravocrata, que demarca o século XVI ao XIX, impõe o fardo para a população negra, que, mesmo depois do processo que culminou no “fim” da escravidão, impôs um lugar marginal a esse grupo étnico na sociedade. Desde então, constata-se que as marcas da pobreza, da fome, da falta ou da precariedade da moradia, da falta de segurança alimentar, da incidência de doenças etc., assolam a população negra em maior grau. População que foi empurrada a viver nos bolsões dos assentamentos subumanos e precários, nas favelas, nas encostas, nas áreas alagadiças, nas periferias e nas ruas, constituindo múltiplas expressões da questão social contemporânea, demarcada pelo racismo estrutural que assola as vidas de pessoas negras. (OLIVEIRA; MARTINS, 2022, p. 404)

O Feijão de Ogum, ao realizar o evento no centro da cidade, em um parque que leva o nome de um dos maiores escravocratas da cidade, confronta essa lógica ao reivindicar o direito à cidade, ao território e à expressão cultural.

A articulação entre o Feijão de Ogum e o MST reforça a convergência entre diferentes frentes de resistência ao capitalismo, ao agronegócio e ao racismo estrutural. Essa interlocução demonstra que a luta pela soberania alimentar não se limita à produção de alimentos, mas envolve a disputa pelos sentidos culturais, simbólicos e políticos do território. Dessa forma, o Feijão de Ogum se apresenta como uma prática sociopolítica que articula ancestralidade, território e resistência, reafirmando o alimento como direito, o trabalho como mediação da vida e o território como espaço de disputa e pertencimento.

Ao dialogar com a agroecologia e com a Reforma Agrária Popular, essa experiência evidencia que a superação da ruptura metabólica e das desigualdades estruturais exige não apenas transformações nos modos de produção, mas também o reconhecimento e a valorização de saberes ancestrais historicamente silenciados. Se trata de uma contribuição fundamental para a construção de um projeto societário comprometido com a justiça social, ambiental e racial.

A articulação entre ambas as lutas sociais emergentes, contra o racismo e pela ecologia, ganhou fôlego no final nos anos 1970 e início dos anos 1980 quando, pela primeira vez, foi cunhado o termo racismo ambiental. O principal conflito que provocou o uso da expressão foi um caso de contaminação de resíduos tóxicos em uma comunidade afro-americana em Warren County, Carolina do Norte. Ele estabeleceu não apenas uma conexão entre a distribuição desigual da poluição de acordo com a classe social, mas também com a questão racial. Ou seja, as áreas mais poluídas não estavam somente concentradas onde se encontravam os trabalhadores mais pobres e explorados: a poluição tinha cor e raça. Desde então, o racismo ambiental passou a ser usado e é considerado por muitos ativistas e teóricos o mais adequado. Posteriormente, os conceitos de injustiça e justiça ambiental passaram a ser crescentemente utilizados por incorporar de forma ampla inúmeros movimentos e lutas sociais para além dos trabalhadores e negros, como as mulheres, os indígenas e outros movimentos étnicos. (PORTO, 2021. P470)

As experiências do Plantio Solidário e do Feijão de Ogum, embora se originem em territórios e formas organizativas distintas, convergem de maneira significativa na construção de alternativas populares à crise estrutural do capitalismo, à ruptura metabólica e ao processo de financeirização. No caso do MST, a soberania alimentar se materializa por meio da luta pela terra, da agroecologia e da Reforma Agrária Popular, que enfrentam diretamente a concentração fundiária e o modelo agroexportador hegemônico. Já o Feijão de Ogum opera como prática comunitária que articula espiritualidade, ancestralidade e solidariedade, especialmente entre populações negras e periféricas historicamente afetadas pela fome, pelo racismo estrutural e pela precarização das condições de vida. Essa diferença de inserção territorial não representa uma oposição, mas uma complementaridade estratégica, que amplia o alcance e a profundidade da luta pela soberania alimentar e na reflexão acerca do uso, posse e propriedade da terra.

Ambas as experiências rompem com a lógica assistencialista ao compreenderem a partilha de alimentos como ato político. No MST, a doação de alimentos agroecológicos, especialmente em contextos de crise, está vinculada à denúncia das desigualdades estruturais e à afirmação da função social da terra. No Feijão de Ogum, a partilha do alimento se realiza como ritual coletivo que reafirma identidades, vínculos comunitários e o direito à cidade e ao

território. Em ambos os casos, o alimento deixa de ser mercadoria ou caridade e se afirma como expressão concreta de solidariedade de classe e de resistência ao capital.

Outro ponto de convergência fundamental diz respeito à concepção de território. Tanto o MST quanto o Feijão de Ogum compreendem o território como espaço vivo, atravessado por relações sociais, históricas e simbólicas. Para o MST, o território da reforma agrária é espaço de produção, formação política e reconstrução do metabolismo social entre trabalho e natureza. Para o Feijão de Ogum, o território é espaço de articulação, construção conjunta e celebração de uma cultura rica que descende de guerreiros, reis e rainhas, demonstrando sua tecnologia, saberes e ancestralidade. Uma forma material de compreensão que a presença camponesa e negra está ocupando espaços que lhes foram negados a partir da organização, inventividade, identidade e resistência. Essa compreensão ampliada de território dialoga diretamente com a crítica ao Capitaloceno, ao evidenciar que a questão ambiental e social está vinculada à forma como o capitalismo organiza e explora os espaços.

A articulação entre essas duas experiências evidencia, ainda, a indissociabilidade entre classe e raça na análise da Questão Social brasileira. A convergência entre essas lutas fortalece a compreensão de que a soberania alimentar só pode ser efetivamente construída a partir do enfrentamento simultâneo às desigualdades de classe, raça e território, superando abordagens fragmentadas e despolitizadas.

Dessa forma, MST e Feijão de Ogum se afirmam como expressões complementares de um mesmo projeto popular, que confronta a lógica mercantil do capitalismo ao recolocar a vida no centro da organização social. A articulação entre campo e cidade, produção e partilha, trabalho e espiritualidade amplia o horizonte da luta pela soberania alimentar, demonstrando que a superação da ruptura metabólica exige a construção de alianças entre diferentes sujeitos coletivos, territórios e saberes.

3.3 A importância dos movimentos sociais e o Serviço Social

As experiências analisadas ao longo deste capítulo evidenciam o papel central dos movimentos sociais na construção de alternativas concretas às desigualdades estruturais produzidas pelo capitalismo. Em um contexto marcado pelo avanço do agronegócio, pela financeirização da terra, pelo aumento da insegurança alimentar e pela intensificação dos impactos ambientais consequentes do modelo predatório capitalista, iniciativas como as desenvolvidas pelo Plantio Solidário e pelo Feijão de Ogum reafirmam a capacidade da sociedade civil organizada de produzir respostas coletivas e politicamente orientadas para a defesa da vida.

A atuação desses movimentos ultrapassa a dimensão imediata da produção e distribuição de alimentos, assumindo um papel formativo fundamental. Ao promover espaços de trabalho coletivo, formação política, partilha e convivência, tais experiências contribuem para a construção de consciência crítica e para o fortalecimento de vínculos comunitários, elementos essenciais para o enfrentamento da fragmentação social promovida pelo neoliberalismo. Nesse sentido, os movimentos sociais se consolidam como espaços privilegiados de formação cidadã e de resistência no enfrentamento das expressões da Questão Social.

No âmbito da Reforma Agrária Popular, o MST desempenha papel estratégico ao demonstrar que a democratização do acesso à terra é condição indispensável para a soberania alimentar, a justiça ambiental e a redução das desigualdades sociais. Ao incorporar a agroecologia como eixo estruturante de sua proposta, o movimento aponta para um modelo de desenvolvimento que se contrapõe à lógica predatória do agronegócio, reafirmando a função social da terra e a centralidade do trabalho vivo. A articulação entre os projetos citados, evidencia que a luta pela soberania alimentar é também uma luta por reconhecimento, dignidade e justiça racial, elementos indissociáveis da construção de uma sociedade democrática e igualitária.

Assim, a importância desses movimentos para a sociedade civil reside na capacidade de articular denúncia e anúncio, uma vez que denunciam a violência estrutural do capitalismo, do racismo e da concentração fundiária, ao mesmo tempo em que anunciam a possibilidade concreta de outro projeto societário, baseado na solidariedade, na cooperação e na centralidade da vida. Ao materializar os princípios da agroecologia, da Reforma Agrária Popular e da soberania alimentar, o Plantio Solidário e o Feijão de Ogum demonstram que a

superação da crise do capital e da fome não depende apenas de políticas estatais, mas da organização coletiva e da luta permanente dos sujeitos históricos.

Dessa forma, os movimentos sociais analisados neste capítulo se afirmam como protagonistas na construção de alternativas populares à ordem vigente, reafirmando que a luta pela terra, pelo alimento e pelo território é, em última instância, uma luta pela própria possibilidade de reprodução da vida e da regulação do metabolismo social.

A análise das experiências dos dois projetos, evidencia a centralidade dos movimentos sociais na resposta às expressões contemporâneas da Questão Social, especialmente no que diz respeito à insegurança alimentar, à justiça ambiental e às múltiplas formas de expropriação que atravessam a vida da classe trabalhadora. A fome, a concentração fundiária e a degradação ambiental não podem ser compreendidas como problemas individuais ou conjunturais, mas como expressões estruturais da Questão Social, produzidas pela lógica de acumulação capitalista. Nesse sentido, a soberania alimentar se apresenta como uma categoria analítica e política fundamental para o Serviço Social, ao articular direito à alimentação, acesso à terra, preservação ambiental e autonomia dos povos. A atuação profissional exige uma leitura crítica da realidade que supere abordagens assistencialistas e moralizantes. Ao reconhecer o alimento como direito social e o território como espaço de disputa, o Serviço Social contribui para o fortalecimento da organização coletiva e da participação popular, elementos centrais do projeto ético-político da profissão.

Ao dialogar com experiências como o Plantio Solidário e o Feijão de Oguim, o Serviço Social também se insere no campo da educação popular, contribuindo para processos formativos que fortalecem a autonomia dos sujeitos e a compreensão crítica das determinações sociais da fome e da desigualdade. Essa dimensão pedagógica da profissão se articula à prática social dos movimentos, potencializando ações que promovem a conscientização, a organização coletiva e a construção de alternativas populares ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

Dessa forma, o Serviço Social se afirma como profissão comprometida com a transformação social, ao reconhecer nos movimentos sociais não apenas espaços de demanda, mas sujeitos políticos capazes de construir respostas coletivas às expressões da Questão Social. A análise das experiências do Plantio Solidário e do Feijão de Oguim demonstra vínculo com o compromisso ético-político do Serviço Social e com o reconhecimento da Agroecologia como dimensão política, pedagógica e produtiva. Essa metodologia nos permite não apenas identificar a capacidade destrutiva do capital, mas sobretudo, valorizar os

processos de luta, memória e construção coletiva que se materializam na terra, nos corpos e nos territórios, como nas sementes de resistência.

4. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender que a “crise ambiental”, a concentração fundiária e a insegurança alimentar não constituem fenômenos isolados, mas expressões interligadas da crise estrutural do capitalismo. A partir do conceito de metabolismo social, formulado por Marx e aprofundado por autores contemporâneos, fica evidente que a ruptura entre sociedade e natureza é produzida pela subordinação do trabalho e dos bens naturais à lógica da valorização do capital. Se trata de um processo estrutural, que atravessa a organização da produção, a conformação dos territórios e as condições de vida da classe trabalhadora.

No caso brasileiro, essa ruptura assume contornos históricos específicos, enraizados na formação social marcada pelo latifúndio, pela monocultura e pela exploração do trabalho escravizado. A Questão Agrária, portanto, não pode ser compreendida apenas como uma disputa pela terra, mas como uma dimensão central da Questão Social, indissociável da Questão Ambiental. A modernização conservadora do campo, intensificada pela Revolução Verde e atualizada pelas tecnologias da Indústria 4.0, reafirma esse padrão ao concentrar terras, expulsar populações do campo, afastar o trabalhador do processo produtivo, destruir ecossistemas e subordinar a produção de alimentos aos interesses do mercado internacional enquanto a insegurança alimentar segue como realidade.

Ao longo do trabalho, fica evidente que a chamada “crise ambiental” não é resultado de escolhas individuais ou de uma suposta incapacidade técnica, mas da própria lógica de funcionamento do capitalismo, que transforma a natureza em recurso explorável e o alimento em mercadoria. Nesse sentido, as críticas ao Antropoceno, articuladas à perspectiva do Capitaloceno, foram fundamentais para evidenciar que não é a humanidade em abstrato a responsável pela degradação ambiental, mas um modo de produção específico, fundado na expropriação contínua dos territórios, dos corpos e dos bens comuns.

A partir da análise feita, as experiências demonstradas no capítulo final do trabalho evidenciam que existem alternativas concretas sendo construídas pela classe trabalhadora. A agroecologia, compreendida não apenas como técnica agrícola, mas como projeto político, emerge como uma resposta à ruptura metabólica ao reafirmar a centralidade da vida, do trabalho coletivo e do equilíbrio ecológico. A Reforma Agrária Popular, proposta pelo MST,

amplia o horizonte da luta ao articular acesso à terra, soberania alimentar, justiça ambiental e organização social, demonstrando que a democratização do território é condição indispensável para a superação das desigualdades estruturais.

O Projeto Plantio Solidário evidencia, na prática, a possibilidade de reorganizar a produção de alimentos a partir da solidariedade de classe e da articulação entre campo e cidade. Ao romper com a lógica assistencialista e afirmar o alimento como direito, essa experiência demonstra que a recomposição do metabolismo social passa pela construção coletiva, pelo trabalho como princípio educativo e pela resignificação dos territórios historicamente marcados pela violência e pela exploração.

De forma complementar, o Feijão de Ogum revela a dimensão racial, cultural e simbólica da soberania alimentar, ao articular ancestralidade, espiritualidade e território como elementos centrais da resistência popular. Essa experiência evidencia que a luta contra a fome e a degradação ambiental não pode ser dissociada do enfrentamento ao racismo estrutural, reafirmando o corpo e o território como espaços de disputa política e de afirmação da dignidade humana.

O Serviço Social se afirma como profissão estratégica na análise crítica da realidade e na articulação com os movimentos sociais ao reconhecer a fome, a degradação ambiental e a concentração fundiária como expressões da Questão Social, a profissão se distancia de abordagens moralizantes e assistencialistas e reafirma seu compromisso ético-político com a emancipação da classe trabalhadora. A aproximação com experiências como o Plantio Solidário e o Feijão de Ogum fortalece a dimensão pedagógica e política da intervenção profissional, contribuindo para processos de organização coletiva, conscientização crítica e defesa de direitos.

Por fim, este trabalho evidencia que a superação da ruptura metabólica e da crise ambiental não se dará nos marcos do capitalismo. As experiências analisadas demonstram que a construção de outro metabolismo social é possível e já está em curso, semeada nas práticas de resistência, na agroecologia, na ancestralidade e na luta organizada dos povos do campo e da cidade. A disputa pela terra, pelo alimento e pelo território se revela como uma disputa pelo próprio sentido da vida em sociedade, reafirmando a urgência de um projeto societário comprometido com a justiça social, ambiental e racial.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Mafê. Feijão de Ogun realiza a sua 22ª edição em Juiz de Fora. Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 06 jul. 2025. Disponível em: ><https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/06-07-2025/feijao-de-ogun-2025.html><.

Acesso em: 19 Jan 2026.

DELGADO, Guilherme Costa. Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). [tradução de Cristina Yamagami]. - São Paulo: UNESP, 2010. p. 81– 136.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GOMES, Júlia Guerra de Oliveira. A questão agrária e ambiental: a agroecologia como estratégia de resistência. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: ><https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/15594/1/juliaguerradeoliveiragomes.pdf>< .

Acesso em: 01 jul. 2025.

GROSSI, Mônica Aparecida; CAPUCHINHO, Michelle Neves; SOUZA, Paula Rocha de; MACHADO, Vitória Nacarate; DIAS, Maria Eduarda. Reforma agrária e alternativas à fome: o Plantio Solidário na Zona da Mata Mineira. Libertas: Revista da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 444-459, jul./dez. 2024. DOI: 10.34019/1980-8518.2024.v24.46491. Disponível em: ><https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/46491/28417><. Acesso em: 03 Jan 2026.

GROSSI, Mônica Aparecida. Questão ambiental no espaço agrário: fissura metabólica e a agroecologia no MST. Libertas – Revista de Ciências Sociais Aplicadas, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 253-279, 2020. Disponível em: ><https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/46491/28417>< . Acesso em: 01 jul. 2025.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto. Dicionário da Educação do Campo. Dicionário organizado por Roseli Salete Caldart et al. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.

GUERRA, Julia; COSENZA, Angélica; SCHITTINI, Cristina; SELLERI, Drielli. Plantio solidário: a educabilidade do mutirão. Cadernos de Agroecologia, v. 19, Relato de experiência técnica, 2024. Associação Brasileira de Agroecologia – ABA-Agroecologia. Disponível em: ><https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/9085/6731><. Acesso em: 03 Jan 2026.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LUKÁCS, G. O Trabalho. In: LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <http://beneweb.com.br/resources/Para%20uma%20ontologia%20do%20ser%20social%20-%20vol.%20II.pdf>. Acesso em: 04 out 2025.

MACHADO, Vitória Nacarate. Expressão política da agroecologia na experiência do Plantio Solidário – MST. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

MARQUES, Luiz. O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2022.

MARQUES, Luiz. Capitalismo e colapso ambiental. 3. ed. rev. e ampl. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

MARTINS, José de Souza. Questão agrária no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em:

https://redept.com.br/uploads/biblioteca/MARX,_Karl._O_Capital_.vol_I_.Boitempo_.pdf. Acesso em: 05 Jun. 2025.

MÉSZÁROS, István. A teoria da alienação em Marx. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/400273961/MESZAROS-Istvan-A-teoria-da-alienacao-em-Marx-pdf>. Acesso em: 05 ago 2025.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. Disponível em: https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1676251/mod_resource/content/1/Istv%C3%A1n%20M%C3%A9sz%C3%A1ros%20-%20A%20crise%20estrutural%20do%20capital.pdf. Acesso em: 06 Jan 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf<. Acesso em: 06 Jan 2026.

MST. Boletim da Educação Nº 01 – Ocupar, resistir e produzir também na educação. Porto Alegre: Setor de Educação do MST, ago. 1992. Disponível em: <https://mst.org.br/download/mst-boletim-da-educacao-no-01-ocupar-resistir-e-produzir-tambem-na-educacao/?wpdmdl=215147&masterkey=5f456edf3b93a><. Acesso em: 03 Jan 2026

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Boletim da Educação Nº 05 – O trabalho e a coletividade na educação. Porto Alegre: Setor de Educação do MST, 1995 (publicado originalmente). Disponível em: <https://mst.org.br/download/mst-boletim-da-educacao-no-05-o-trabalho-e-a-coletividade-na-educacao/?wpdmdl=215151&masterkey=5f456edf3b93a><. Acesso em: 28 Dez 2025.

MST. O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST? MST, 16 jul. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/><. Acesso em: 03 Jan 2026.

OLIVEIRA, Maria Eduarda Dias de. Fome e questão agrária: a experiência do Plantio Solidário/MST na Zona da Mata Mineira. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025. Disponível em:

><https://www2.ufjf.br/facssocial/wp-content/uploads/sites/521/2025/04/TCC-Maria-Eduarda-Dias-de-Oliveira-.pdf>< . Acesso em: 01 Jul 2025.

OLIVEIRA, Rafaela Barbosa de; MARTINS, Valter. O recorte racial como traço permanente da população em situação de rua no Brasil. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 403–421, jul./dez. 2022. DOI: 10.34019/1980-8518.38242. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/download/38242/25284>. Acesso em: 19 Jan 2026.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Justiça ambiental. In: DICIONÁRIO DE AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO. 1. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Editora Expressão Popular, 2021. p. 470 - 476 Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 19 Jan 2026.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. A questão agrária no Brasil: a atualidade das contribuições de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni. In: NOVAES, Henrique Tahan; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Lais (org.). *Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia*. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 21–39.

RODRIGUES, Mônica Aparecida Grossi. Politização da questão ambiental no MST: a agroecologia como estratégia produtiva e política. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Selma de Fátima. Questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. In: NOVAES, Henrique Tahan; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Lais (org.). *Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia*. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 41–64.

STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: ><https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/10/A-Quest%C3%A3o-Agr%C3%A1ria-no-Brasil-2.pdf><. Acesso em: 12 Nov 2025.